

**14**

**BRASIL DOS  
VIAJANTES**



MURILLO MAR X

# OLHANDO POR CIMA E DE FRENTE



**O** olhar dos viajantes sobre nossas cidades foi baixando aos poucos, ou melhor, foi ganhando paulatinamente um ponto de vista apropriado à visão frontal, passando pela perspectiva aérea. Isto de forma ampla e descontínua e, sobretudo, considerando que nossos primeiros assentamentos começam a aparecer na incipiente cartografia vistos por cima. Na pequena escala dos primeiros mapas despontam, acompanhando uma modesta urbanização pelo litoral do Nordeste. Em tais aparições iniciais se denunciam uns poucos aglomerados e deles, morfologicamente, não se mostra nada a não ser sua situação geográfica. São acidentes notáveis que logo acolhem essas primeiras fundações, como baías, estuários, ilhas: a Bahia, o Rio, Paraíba, Ilhéus. Mais tarde, se multiplicam os estabelecimentos que merecem registro e, perseguindo a ampliação de nossa rede urbana, tais indicações descem a costa: o Recife, o Cabo Frio, São Vicente e até São Paulo. Estas últimas aparecem em sua pioneira bipolaridade, já no início do Seiscentos, em vô de pássaro sobre uma escala regional, vistas por Luis Teixeira e depois por João Teixeira Albernaz. Esses parques, sumários e mais antigos registros importam porque assinalam uma situação geográfica costeira ou quase, que vai implicar em características físicas peculiares para a

morfologia, a começar pelo sítio urbano.

Na relação entre o mar e o novo continente, na apropriação de uma orla exótica, diferentes condições orográficas e hidrográficas se ofereceram e foram escolhidas porque úteis para a defesa. As colinas que acolhem Olinda, a escarpa acentuada de nossa primeira cidade “alta”, de nossa primeira capital, as margens elevadas do rio Paraíba, o lugar onde o recife se quebra, “país” preferido dos holandeses, a ilha com nome de rei francês, o espetáculo da Guanabara que seduziu seus súditos e os portugueses... Sempre entre a proteção e o porto, entre a defesa e a ligação com a Europa, entre uma colina e a praia, uma ilha talvez e o canal protetor e de acesso, essas primeiras feitorias são vistas, perscrutadas e retratadas por todo aquele interessado na sua segurança ou na sua conquista. Homens vindos do mar. O seu registro é claro e vai se repetir mais tarde e generalizadamente: sítios urbanos tormentosos ou limitados, onde a comodidade e o conforto não ficam esquecidos se for possível. Onde a racionalidade existe, mas a lógica tem claras prioridades.

Esta lógica obedece ao binômio do defender-se e do aportar. A forma desses primeiros núcleos, pouco e mal mostrada, é submissa, ou logo se torna, à tirania do relevo, como na encarapitada Olinda de ruas sinuosas, ou na praça-forte de Salvador, cujo núcleo é regu-

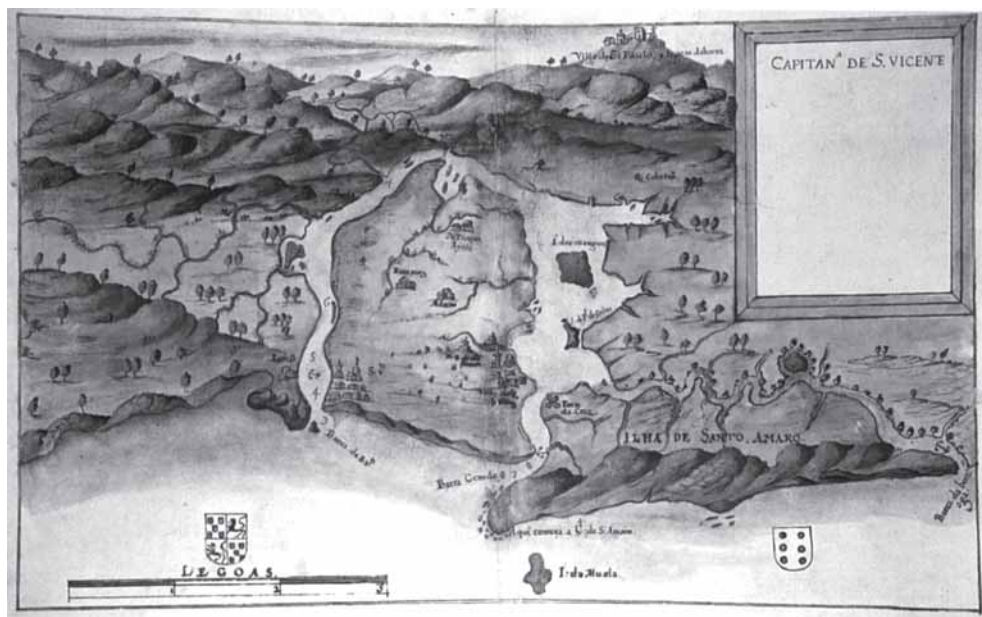
**MURILLO MARX** é professor de História da Arte da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e autor de, entre outros, *Cidade no Brasil*. *Terra de Quem?* (Nobel/Edusp).



lar como pode e até quando pode. Neste caso, um conjunto urbano predelineado por desenho, que se perdeu mas se acusa, e por escrito ostenta preponderante ortogonalidade de suas quadras centrais, de suas ruas e pátios, porém a circunscribe por muralhas e bastiões que não obedecem a tal risco e sim ao correr aleatório das curvas de nível. Em seu *core* inicial e em sua primeira ex-

tensão, tal se dá diante do panorama belíssimo de Todos os Santos e, para trás, do represamento feito. De maneira clara mas menos gritante, as suaves diferenças de nível de São Luís recebem um esboço de ordenamento gaulês e seu desdobramento por Francisco Frias de Mesquita. A ordem da régua e corda vai até onde pode e para onde o relevo recomenda ou, como no Rio, o traçado parcelar e viário, mais regular e confortável, começa quando o embrião desaparecido do Castelo cresce e ganha a baixada, que será o coração do Brasil, muito depois. Esses descaminhos e caminhos do desenho do conjunto urbano vão se dando ao longo do tempo e do sucesso do sítio eleito e, antes, da situação criteriosamente escolhida. Nada mais esclarecedor entre diferentes opções de gente diferente, de desígnios e de destinos opostos, do que Olinda e Recife a se olharem e confrontarem durante séculos.

Olhando por cima e de frente, as nossas cidades começam efetivamente a ser retratadas no Seiscentos. Por cima, por meio de mapas mais detalhados ou mesmo de plantas urbanas, destaque-se as que ilustram o relato da gestão nassoviana de Barlaeus em 1647: a de Olinda por um anônimo, a de São Luís também e, sobretudo, as do Recife, Cidade Maurícia da ilha de Antonio Vaz e do palácio de Friburgo (Gaspar van Baerle). Essa predominância de cartas de núcleos registrados na



costa norte e nordeste reflete antes de tudo a rede urbana que despontava mais significativamente e acusa com nitidez os seus principais pólos pela incidência maior de Salvador, a capital da colônia lusa e da sede da administração holandesa que, além da importância, se expande rapidamente naqueles anos. Recife merece por isso uma outra acuidade em sua representação gráfica em geral e cartográfica em particular (Jorge E. Hardoy). Mais tarde e logicamente no século XVIII, o Rio de Janeiro vai entrar no rol, superar estas e todas as demais fundações em número e qualidade de sua iconografia.

De frente também se reproduziu a vista especialmente desses núcleos litorâneos principais ou, de maneira ligeira ou esquemática, uma perspectiva aérea pelo rebatimento das construções, como em planta de Belém de meados do século XVII. Assim como os mapas, as vistas coligadas a eles não excedem, em volume e precisão, no Recife, o senso artístico dos desenhistas e pintores de Nassau acompanhando o cuidado cartográfico dos engenheiros militares (Luis Silveira). Em Salvador, naturalmente, na mesma época em que portugueses e batavos se revezam na tarefa de representar a antiga “fortaleza” e capital, se sucedem vistas e plantas de uns e de outros, como o perfil anônimo de cerca de 1630. Depois é o Rio que, ao longo do Setecentos e no século passado, exibirá melhor

*João Teixeira  
Albernaz,  
“Capitania de São  
Vicente”, aquarela  
sobre papel (1671),  
Mapoteca do  
Ministério das  
Relações Exteriores,  
Rio de Janeiro; na  
página anterior,  
“S. Salvador”,  
xilogravura do livro  
de Levinus Hulsius  
Die ein und  
zwanzigste  
schiffahrt  
(Frankfurt, 1629),  
Biblioteca  
do IEB- USP*

não só o olhar mais atento e acurado, por cima e de frente, como a mudança do olhar ou da cabeça que o comanda e vasculha. Então nossa cidade já é muito outra e quem a vê e retrata tem outras habilidades e motivações.

Com o Brasil, com tantas outras terras descobertas, com um mundo que se comprova redondo e que vai revelando seu tamanho real, nasce a cartografia moderna. Das representações de perfil ou daquelas idealizadas, vai se passando na Europa a um ponto de observação mais alto, à perspectiva aérea e, finalmente, à vista de cima, aos mapas e às plantas urbanas (Lucia Nuti). Curiosamente, os nossos registros nesses mesmos tempos parecem seguir caminho contrário. Começamos a ser vistos por cima, através dos mapas em escala reduzida em que se abarcava com acuidade crescente todo o contorno continental e onde os primeiros estabelecimentos são acusados por pontos ou legendas. Em seguida, surge o plano do horizonte e, em escala maior, aparecem as tomadas em vôo de pássaro abrangendo regiões inteiras, enquanto despontam igualmente as vistas urbanas de frente. Do mapa em pequena escala, geográfico, vai-se difundindo a escala maior da representação corográfica, com suas descrições mais detalhadas que não dispensam técnicas mais antigas como as vistas. A representação de nossos núcleos nasceu com o que se inaugurava na Europa, o mapa moderno (Norman J. W. Thrower), e evoluiu em sentido contrário, ou seja, passando pela vista perspectivada para o que já se fazia na Idade Média, o perfil urbano. Olhou-se antes por cima, depois de frente.

O olhar dos viajantes se dirige para nossas cidades de frente, para sua fachada voltada para o mar e, nesta cara que os acolhe ou repele, vê primeiro seu coroamento. Vê torres e grandes águas de telhado, registra uma rara senão única cúpula de São Bento na Bahia. Detecta grandes massas construídas, excepcionalmente localizadas em colinas, espigões, esporões. Nem que não queira, mira e reproduz capelas, igrejas, mosteiros e conventos de todo tipo, ou, mais precisamente, do mesmo tipo. Não é o que busca prioritariamente, se atento a considerações manifestas ou enrustidas de estratégia, mas é o que capta antes e que vai desta-

car. As principais referências dos núcleos lusitanos na América são os templos e claustros, constituindo os elementos dominantes retratados ao longo de séculos. É que por razões econômico-socioculturais, por determinações institucionais e, de maneira menos declarada, também por considerações militares, essas construções empatam no geral a maior soma de investimento. E merecem, por isso, os pontos privilegiados, as cotas altas sempre que possível, exibindo porte poucas vezes igualado ou superado. Senão são para o visitante esmerados edifícios, como os que terá visto em sua terra ou em outras paragens, serão os mais pretensiosos e, quem sabe, os mais elaborados do lugar. Com uma ou outra rara exceção...

Entre estas, com certeza as construções que constituem o verdadeiro móvel deste olhar, as fortalezas, os fortins, as baterias. Baixando o olhar para medir o próximo como fazemos, o forasteiro avaliará – já consciente do desafio representado por alguns templos e sobretudo clausuras – a significação desses elementos de defesa ou de repulsa ao estranho. Alguns, ainda que modestas baterias, estarão muito bem posicionados, outros, fortins espetacularmente situados ou inter-relacionados, algumas fortalezas com seus paramentos bem aparelhados, com seu porte avantajado, com suas tenalhas dentadas, deterão demoradamente seu olhar; todos merecerão seu registro mais atento e preciso. Considerando as armas de fogo e o fogo cruzado, considerando o bloqueio do acesso principal, que é o marítimo ou fluvial, tais equipamentos de defesa se distribuirão dentro e fora dos assentamentos documentados; de qualquer tamanho já se anunciarão bem antes, levando vistas e plantas a mostrarem o sítio, a implantação e, eventualmente, a configuração urbana, para que possam ser ponderados. Isso acontece em Salvador, que até hoje ostenta, na Barra e em Itapagipe, seus poderosos antebraços, embora como capital tenha outros músculos também junto a seu antigo contorno fortificado. E acontece na ilha de Antonio Vaz, onde o jardim de Mauricio de Nassau foi plantado também para dissimular o conjunto defensivo, para ludibriar o visitante.

Medindo a praça-forte ou simplesmente

a feitoria fortificada, percorrendo-as de alto a baixo, o intruso curioso não se impressionará com muito mais. Se alguma construção de porte, que não religiosa ou militar, o atrair e ganhar seu registro, será comparativamente de pouco interesse, tanto dentro do incipiente quadro urbano como em relação a eventuais instalações rurais da região. Se, trata de uma vila, quem sabe, uma Casa de Câmara e Cadeia, nem sempre existente ou quase sempre modesta. Se não, visitando um simples povoado, que lhe restará além do exótico ou pitoresco? Se não perceber, ou não existir, algo mais digno de nota, lhe restará o casario. Quanto a uma Casa de Câmara e Cadeia ou outra sede de qualquer instância do poder temporal, deverá buscar aglomerações maiores e desenhadas e, especialmente, aguardar novos tempos, para além da segunda metade do Seiscentos. As referências que importam, que impressionam sua vista e que valem um registro em planta ou perfil são as religiosas e militares.

Olhando por cima e de frente, Salvador exemplifica melhor, pela importância que tinha e pela atenção que mereceu, o quanto nas plantas e nos perfis pesaram determinadas referências. A ponto de não apenas o conjunto, mas determinados edifícios terem sua evolução muitíssimo bem acompanhada (Nestor Goulart Reis Filho). É o caso, particularmente, da Sé desaparecida neste século, debruçada com seu adro sobre a pronunciada escarpa entre a cidade alta e a cidade baixa, que foi progressivamente se desenvolvendo sobre a praia e o próprio mar. De fato, era o único templo que se voltava para a baía e para quem chegava de longe. Sua implantação ousada e sempre problemática, seu sentido e suas proporções vão atraindo a atenção ao longo do tempo e as fases de sua construção vão sendo anotadas. Compare-se a vista mencionada de cerca de 1630 com a de François Amédée Frézier, em 1716, relativamente bem cuidada. Não no centro urbano agora, mas de banda e à direita, entre tantas torres e altas coberturas, a igreja de São Bento, que de *scorzo* igualmente convida o forasteiro, se anuncia com força e deixa registrar o progresso de sua fábrica. Os demais templos e claustros voltam as costas para o mar

ou mergulham no casario, com exceção de uns poucos já mais afastados. As plantas disponíveis, de outra parte, confirmam essa atenção às igrejas, aos conventos e até à monumental Casa de Câmara e Cadeia, como a “Planta de Restituição da Bahia”.

O sistema de defesa soteropolitano também é expressivo no registro que motiva, tanto pela presença, pelo destaque, como pelo esmero do desenho. Pondere-se a “Planta de Restituição” em 1625, que se assenta sobre uma topografia caricata, perspectivada e exagerada igualmente quanto às peças de artilharia, ou as vistas, não fiéis mas expressivas, de Dierick Ruiters na Bahia e a da “Baya de Todos os Sanctos”, ligadas à época da ocupação holandesa. Se muitas vezes o destaque dessas posições defensivas vai ao exagero, reconhecêmo-lo pelas proporções inverídicas, pelos detalhes ampliados, pelo traço carregado. Como em Recife, com seu sistema de fortalezas graficamente sublinhado, seja no mapa de Barlaeus reproduzido por Giovanni de Santa Thereza em 1700, como no óleo sobre madeira de Gillis Peters, “Vista do Recife e seu Porto”, em vôo alto e distante de pássaro, ou no de Franz Post, “Chegada de Mauricio de Nassau em Recife”, em vôo baixo e quase doméstico. Na Guanabara, em que o relevo espetacular sempre tende a roubar a cena, ainda assim, tal sistema defensivo se anuncia à medida que progride no século XVIII, de ambos os lados da baía (Nestor Goulart Reis Filho). A própria orla mais complexa e a barra tão estreita colaboram também, nos mapas, para diluir o conjunto do sistema, convidando mais ao fracionamento dos registros, segundo os costões e as ilhas, segundo as fortalezas e as baterias espalhadas (Gilberto Ferrez). Os mapas e as curiosas plantas perspectivadas de fortins do padre Diogo Soares, em meados dos setecentos, dão testemunho disso. E tantos outros até que outro olhar, nos oitocentos, com o preparo de um Debret, a sensibilidade de um Rugendas, nos leve ao notável “Panorama em Oito Folhas”, de Burchell, em 1826, que rodopia pelo Rio intraurbano por cima, de frente, de perto e de longe, com detalhe e rigor insuperáveis talvez.

Por volta de 1600, quando passarão a ser mais numerosos os alvos mirados em nossas

terras ainda verdes, a Europa ensaia ainda seu olhar moderno e seu registro, particularmente o cartográfico. Mira e reproduz com atenção as ações, os lugares e os equipamentos da guerra. Da guerra no mar e em terra, do assalto por mar e por terra, são notáveis os painéis em série que perpetuam o famoso sítio de Malta em 1565, dos otomanos aos cavaleiros de São João. Fruto da concepção de Matteo Perez d'Aleccio, depois estabelecido no Peru, que executa exaustivo e primoroso trabalho no Palácio dos Grãos-Mestres de Valletta. E o que se vê em tão excepcional série? Representa a ilha de Malta em *vol d'oiseau*, acusando o relevo, ao mesmo tempo que, com critério cartográfico (Lucia Nuti), a representa em mapa pintado. Ambigüidade de representação que, pela qualidade (Ian C. Lochhead), ressalta a evolução ainda em curso na própria Europa e, pelo exagero, frisa os assaltos, as praças-fortes e os armamentos.

O olhar dos viajantes não capta muito dos espaços abertos das cidades brasileiras, tanto pelo seu ângulo de visão como pelo objeto mirado. De fato, fazendo um perfil a distância e em geral do mar, ou elevando um pouco a linha do horizonte, não podia mostrar muito desses interstícios das construções, que já reproduzia com alguma dificuldade. E se alçando ao meio do céu, elaborava uma planta urbana que não tinha muito de significativo a anotar e não o fez. Tinha e deu relativo destaque aos largos e praças, estas quase sempre muito raras, aqueles mais numerosos. Com uma configuração digna de nota, poucas praças os viajantes puderam detectar, como é o caso da Praça da Cidade em Salvador, primeira que tivemos no Brasil, com seu perímetro quadrangular, de caráter – fato raro – eminentemente laico e, na verdade, mais notável pela sua situação a cavaleiro do mar do que pelas suas dimensões relativamente modestas. No próprio traçado soteropolitano seguidamente revelado, suas características ficam logo relativizadas pela comparação imediata com a posição também espetacular do adro da Sé, alcantilado no bordo da escarpa, e pela extensão muito superior do Terreiro de Jesus.

Essa difusão de raríssimas praças e de acanhados largos se interliga por uma rede

de ruas geralmente confusas no seu rumo e encontro que, pelas proporções usuais, não impressionam o visitante, nem tornam fácil a compreensão de suas peculiaridades de uso e de forma. Muito menos a percepção de uma hierarquia característica que é registrada pela cartografia e, por muitos, mencionada nas crônicas, porém nunca merecendo observação mais detida. Nem pelos cronistas, nem pelos estudiosos contemporâneos. Hierarquia de ruas, numa certa direção de largura maior, se bem que acanhada, e de travessas, noutra direção, muito mais estreitas. Hierarquia de vias que arruam diferentes corporações de ofício e comércio e de vias que, ao menos no início das aglomerações ainda não muito adensadas, apenas atravessam as demais. Vias principais e vias secundárias que, mais regular ou não o plano da cidade, vila ou simples lugar, dificilmente foram distinguidas em perspectiva aérea e pelas cartas. Não mereceu destaque essa hierarquia que não era própria desta colônia, mas do ultramar português.

Interessante para a relação público/privado ou, mais precisamente, espaço público/espaço privado, o registro de terreiros e rossios de um lado e dos quintais de outro não se faz com muito cuidado. Interessante porque, além de outros importantes aspectos de domínio e de uso, tais espaços vazios ajudam a construir a paisagem urbana, sendo como que seu negativo. Por certo, mal podem comparecer numa vista, pouco podem se insinuar de permeio ao casario, como quando frondosas árvores denunciam os quintais sem precisar seus limites, ou quando alguma falha na sucessão de telhados esparramados permite adivinhar, sem acusar nitidamente, um largo, uma praça, um terreiro. Mesmo extramuros, a apropriação dos campos circundantes merece atenção usualmente ligeira, dizendo pouco de sua utilização, domínio e eventual partilha. Fica difícil, na busca de conhecer o papel e a apropriação progressiva das terras do rossio, conseguir rastros visuais mais precisos e generosos. A contribuição cartográfica naturalmente é mais útil quanto a uns e outros elementos, quanto aos quintais ou aos campos externos.

Olhando por cima e de frente, a evolução

de nossa iconografia em largos traços aponta um constante, mas não linear nem ininterrupto, abaixar do ponto de vista. Dos mapas que delineiam o contorno das Américas, detêm-se na costa a leste de Tordesilhas, e registram as primeiras fundações coloniais portuguesas (Alfredo Marques Pinheiro), vai-se passando a mapas de segmentos dessa costa e perspectivas aéreas que os animam com informações visuais menos ou mais estereotipadas sobre a orografia e a hidrografia, onde os núcleos urbanos são apontados de forma simbólica ou no máximo sumariamente realista. E, principalmente se as cartas urbanas são feitas, vêm elas muitas vezes acompanhadas da elevação, do perfil ou da vista pura e simples do aglomerado. De um ponto de observação, digamos zenital e tateando instrumental para uma geografia que se desenvolve, passa-se a descrever extensões menores e com mais detalhes, a fazer a corografia, passando à visão do vô de pássaro (Jorge E. Hardoy), elevando portanto a linha do horizonte e corporificando, com a terceira dimensão, as altitudes e alturas, a volumetria do relevo e da própria cidade. Não que se abandone a mapografia e a utilização da escala menor com toda a sua abrangência, mas se acrescentam essas vistas perspécticas ou se junta, ainda mais, a silhueta no plano real do observador que, do barco ou da mula, vê a urbe de frente.

Dessa evolução, ou exercício paulatinamente enriquecido, no sentido contrário da evolução mundial da cartografia em particular, são exemplos o “Planisfério de 1546”, de Pierre Descelliers, com idealizações em perspectiva aérea, a gravura de Giovanni Battista Ramusio, com o Brasil igualmente mapeado e idealizado em 1563 e, na “Acuratissima Brasiliae Tabula”, por Willen Hondius em 1635, o encarte no canto superior esquerdo da gravura com o recife visto em *vold’oiseau* e, no canto direito embaixo, a regularidade da cidade de “Pariba”, bem retratada, apesar da escala reduzida. Talvez, acima de tudo, a magnífica carta aquarelada de Georg Marggraf do domínio batavo no Brasil, contendo três vistas panorâmicas com detalhes da vida natural e humana tão gratos à corografia. Mesclas de cartas em busca do

rigor cobrado pela geografia aos contornos e às dimensões, com perspectivas aéreas de regiões inteiras, como as de Luis Teixeira e de João Teixeira Albernaz representando o litoral e o planalto da capitania de São Vicente, em que os núcleos da costa e da serra acima vêm simbolicamente apontados. Ou perfis coetâneos de Salvador, menos ou mais fiéis, mais ou menos expressivos (Ana Maria Moraes Belluzzo)...

Ora, no próprio processo de estruturação da geografia como ciência que então se insinua, de surgimento da cartografia precisa que então se ensaia, o que se vê no mundo europeu é exatamente o contrário: das vistas estereotipadas ou fiéis que já se faziam na Idade Média, regiões e núcleos urbanos começam a ser retratados por um observador que alça vô, buscando um ângulo e uma posição imaginária para transmitir mais e melhor o que reproduz, calcado também numa perspectiva que se inventara e normatizara há pouco tempo. Leva adiante a ilustração que tanto importa à corografia, mostrando paisagens menos extensas com mais informação e detalhe, não só de geomorfologia. No entanto e sobremaneira, abandona-se passo a passo a idealização da conformação de um mundo centrado na Europa, para encarar um mundo que vai sendo desvendado então pela Europa, por meio de mapas em escala diminuta (Norman J. W. Thrower) que permitem reproduzir regiões amplas, um continente todo, o mundo. Mundo que se contorna agora por meio de navegações ousadas em que as referências dos astros e as terrestres são o único apoio e em que a medição correta das distâncias enormes se faz decisiva. A cartografia moderna e rigorosa desponta como segredo estratégico, como instrumento precioso e como fruto de ofício mais enobrecido (Lucia Nuti). Serve a uma geografia que tenta apreender e compreender esse globo que se revela, redondo, mensurável e sem um centro que não no seu núcleo inacessível. De Ptolomeu a Mercator, dos portulanos ao *Civitates Orbis Terrarum* se levanta o contorno das terras e das águas; com as rosas-dos-ventos, triangulações e meridianos graduados se conduzem os navegantes. Com esse saber se alça também ao meio do céu o executor de





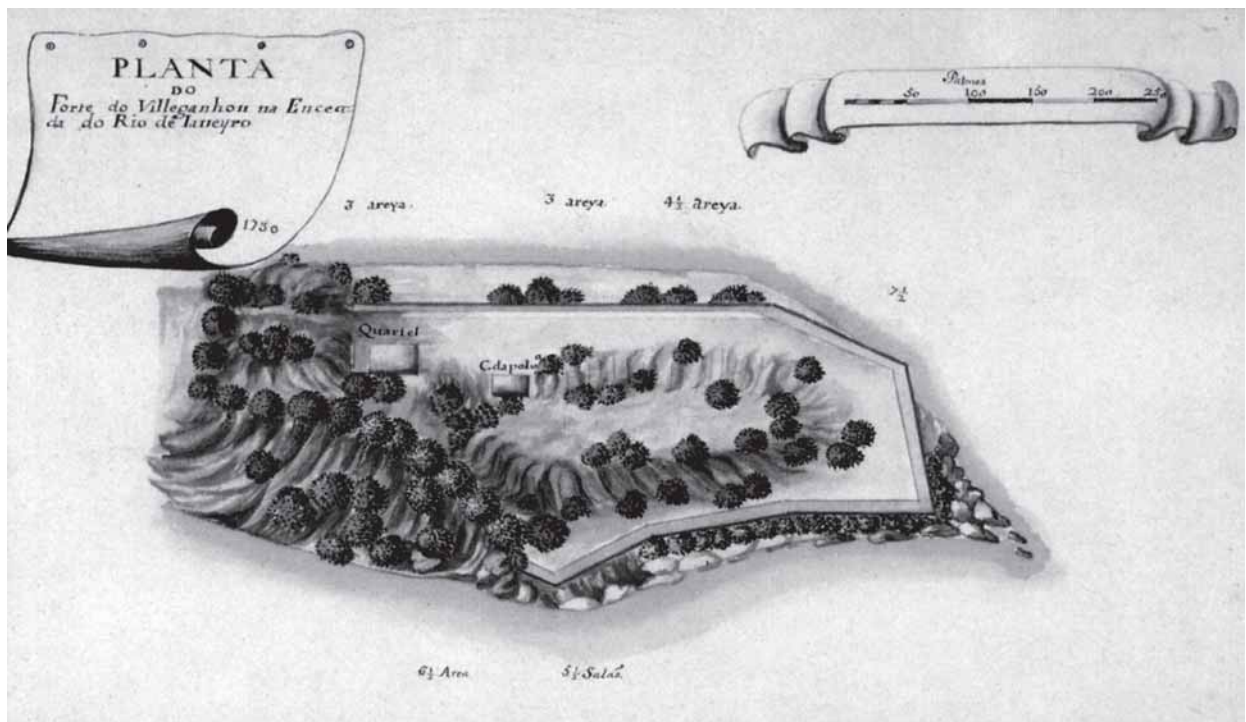
**Gillis Peeters, “Vista do Recife e seu Porto”, óleo sobre madeira (1639), coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo, São Paulo; na página seguinte, Pe. Diogo Soares, “Planta do Forte Villegaignon na Enseada do Rio de Janeiro”, desenho aquarelado sobre papel (1730), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa**

plantas urbanas, representando aglomerações apenas em duas dimensões, porém precisando sua forma e extensão. O que por tanto tempo se vira quase só de frente agora cada vez mais se vê de cima.

O olhar dos viajantes usualmente não se detém muito no casario, no entanto, passa por ele ainda que a título de captar os traços marcantes do que vai reproduzir. Casario homogêneo, senão monótono, modesto ou tacanho, recebendo vez por outra uma atenção mais detida, um interesse maior pela sua peculiaridade, uma recusa à freqüente idealização rápida e fantasiosa na reprodução gráfica. Ainda que comparando com outras bandas do Novo Mundo, esse casario não era mesmo de impressionar pelas suas qualidades individuais e de conjunto e, por outro lado, em termos da guerra não era o mais importante. Quantas vezes tal casario, pouco ou apressadamente retratado, não mereceu do próprio desenhista ou de outros cronistas um breve e fulminante comentário? A sua volumetria geral comparece quase que por força e é expressa pela sucessão dos telhados. Essa sucessão mal revela, pela rapidez dos traços e pela irregularidade e estreiteza, as ruas e travessas que separam esses telhados,

que por vezes parecem uma coisa só. Mal revelada também essa *faccia* comum das vias, essa seqüência de fachadas coligadas que, quando em planta, são eventualmente rebatidas e exibidas com ênfase. Quando em visita ou em *vol d’oiseau*, o que se insinua mais são os telhados, suas águas e os oitões que os separam, graças à justaposição de modestas casas térreas e sobrados por vezes avantajados. E graças, sobretudo, às ladeiras em relevos mais movimentados.

Os oitões, mais do que os muros entre os quintais, e juntamente com eles, denunciam muito dessa volumetria de conjunto e até mesmo do parcelamento existente no solo urbano. As datas de terra em que se assentam as casas são, por essas divisas do âmbito privado, bem evidenciadas. Muito mais evidenciadas do que o alinhamento das casas, do que o correr de suas testadas, do que, afinal, essa mutável mas sempre crucial fronteira entre o âmbito público e o privado. Enquanto o alinhamento das construções na rua, becos e azinhagas se dilui, os limites entre os moradores se acusam mais facilmente nas diferenças de cabedal e de prestígio, assim como de posição ladeira abaixo ou acima. Tal observação fica mais palpável, aceitável e interes-



sante se considerarmos as referências principais, como os templos anteriormente mencionados, quando coligados a moradias. Também eles, pelas condições gerais da ordenação urbana, vão se destacar mais pela proporção maior da cobertura e movimento de suas torres do que pela sua presença diante da rua ou de seu adro.

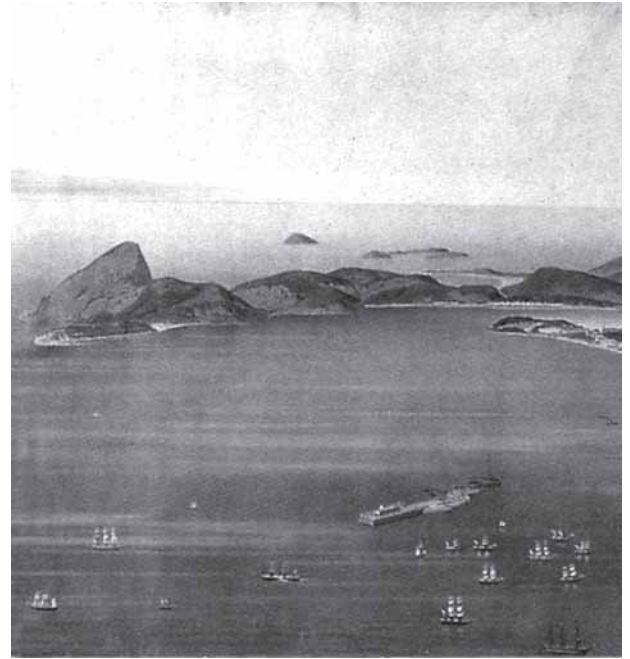
Mas é a peculiaridade de nossa arquitetura civil – e ela existe – que se reconhece, com dificuldade e parcimônia, no registro dos viajantes, sobretudo dos séculos XVII e XVIII, ao contrário daquele dos artistas das missões que vieram já em pleno processo da independência, então com outro olhar, interesse e mentalidade. Realmente, nos tempos de colônia, são feitas vistas que pouco se detêm nas características físicas de nosso casario, e para tal valem pouco as plantas urbanas. Peculiaridades arquitetônicas, ainda que não muito elogiáveis do ponto de vista da sofisticação, do esmero construtivo e de acabamento, poucas vezes são alvo de maior atenção. E, entretanto, essas vistas constituem hoje preciosos testemunhos para o estudioso e, imediatamente, embora imprecisas, evocam ambientes tradicionais conhecidos. A rigor tanto os telhados como os frontispícios mos-

trados raramente apreendem soluções próprias do mundo português e atentas ao meio brasileiro. Raramente há sensibilidade na representação da inclinação real das águas do telhado, de seu galbo tão característico, de seus beirais menos ou mais pronunciados. Poucas vezes o jogo de cheios e vazios das fachadas vem mais precisamente descrito, ou a proporção das próprias janelas e portas. Nos oitocentos, ao contrário – outro momento europeu, outra presença americana e, possivelmente, outra motivação de quem vê –, peculiaridades passam a ser percebidas e anotadas. Qualidade à parte.

Olhando por cima e de frente, os primeiros traçados urbanos que aparecem em pequena escala como que tão-somente simbolizam a presença das cidades. Veja-se o mapa de São Vicente, anônimo de meados do século XVII, que sumariamente indica a existência dos dois núcleos da ilha, ou o de Johannes V Dingboons, que, em escala mais generosa e atento às fortificações do mesmo lagamar, informa um pouco mais sobre os mesmos. Ou ainda o mapa de situação de “Pariba”, por Hondius, em 1635, em que o acesso à cidade e o seu traçado regular a cavaleiro do rio são melhor, embora esquematicamente, restituí-

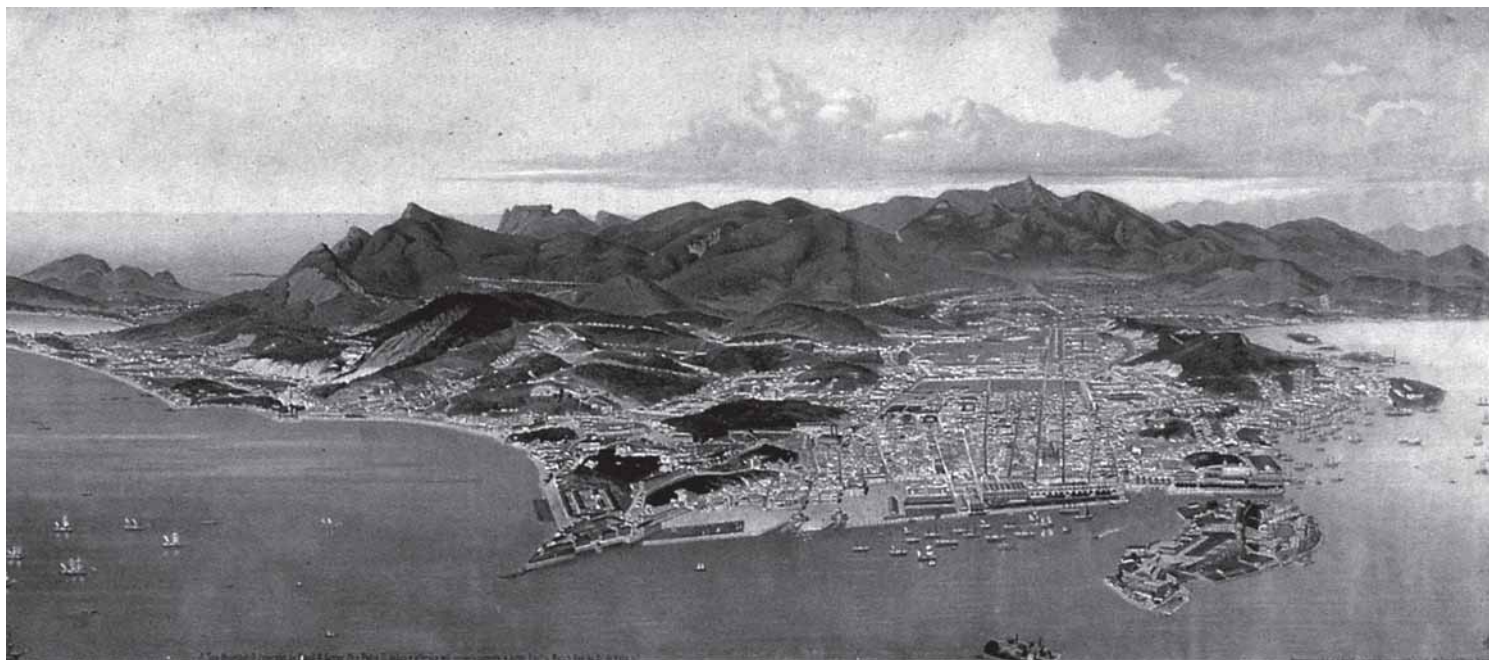
dos. Veja-se as plantas urbanas, em escala maior, de São Luis, de 1647, em Barlaeus, ou a coetânea por anônimo de Belém. Igualmente, mostram-se fiéis em alguns aspectos mas não quanto às proporções e a maiores detalhes. As perspectivas aéreas regionais de Teixeira ou de Albernaz apontam as vilas com um grafismo que apenas as acusam, já pela escala forçosamente muito reduzida, já por assim cumprir o símbolo a função desejada. Veja-se mais ainda, mais tarde e em contrapartida, os próprios perfis feitos, especialmente de Salvador, como esquematizam a silhueta e as principais referências, ainda que corretamente anotadas (Jorge E. Hardoy).

Há que se ressaltar, entretanto, algumas belíssimas peças gráficas ou pictóricas como as plantas e as vistas do Brasil de Nassau, apesar do sítio baixo e chapado do Recife e, particularmente, o trabalho dos primeiros artistas que atuaram em nossa terra. Também se deve destacar a planta e a vista de Salvador de um Frézier, que alia a sua crônica escrita, precisa e criteriosamente comparativa, por exemplo, com a América espanhola, qualidade de traço e senso de proporção (François Amédée Frézier). E há que chamar a atenção para o evoluir dessa iconografia – quase adendo da cartografia – para o panorama, que também se faz sentir no aprimoramento do desenho e antes do interesse por parte dos visitantes, o que se torna flagrante com as diferentes missões que seguem a vinda da corte. Então o Rio de Janeiro vai para a berlinda, as aglomerações mineiras avantajadas, embora já decadentes, e outros rincões, como o vale do Paraíba do Sul e a borda do planalto meridional. Ao rigor das plantas que se sucedem à do engenheiro militar Massé, de 1769, juntam-se, nos oitocentos, uns tantos panoramas, como o mencionado de Burchell e, ao contrário, por idealizado, ainda entre o mapa e a perspectiva aérea, o “Panorama do Rio de Janeiro” de Johann Friedrich Voger, em 1873, tardio mapa perspectivado tirado de um ponto imaginário, bem alto e sobre as águas da baía. Juntam-se ainda, entre tantas, uma “Vista da Baía de Guanabara”, por Maria Graham, em 1825 e, vendo de frente e por dentro, as aquarelas com cenas caricocas de Eduard Hildebrandt em 1844 (Ana



Maria Moraes Belluzzo). E Debret em Curitiba, Pallière em Taubaté, novamente Burchell em Goiás, Victor Frond entrando em Ouro Preto...

Esse retratar foi exercido e conquistando presença ao longo de quatro séculos. Retratar mais de perto, mais fielmente e com mais interesse; distinto daquele inicial, idealizado ou esquematizado, na melhor hipótese, de memória ou por ouvir dizer. Parte da cartografia que, apalpando o Novo Mundo, inaugura nossa representação iconográfica, dela foi se libertando pelos perfis urbanos juntados, pelas vistas isoladas, pelas perspectivas aéreas (Luis Silveira). Esse evoluir, que parece peculiar, terá paralelo nas Américas? Será característico dos diferentes estabelecimentos coloniais europeus neste continente e em outros? Terá correspondentes alhures, partindo do registro mapográfico e ganhando, mais tarde, outro interesse e outro cuidado? Assim sugere a produção cartográfica seiscentista e setecentista sobre os vastos domínios franceses nos Grandes Lagos e no vale do Mississipi (David Buisseret). Ora, na Europa moderna o percurso da representação foi outro, foi o oposto. O registro por meio de perfis vai cedendo lugar para as vistas em vôo de pássaro e destas para os mapas, cada vez mais precisos. Sem abandonar aquelas técni-



cas de representação tradicionais, buscou-se, pelos mapas e pelas plantas urbanas, reproduzir o exato contorno e dimensão das formas. A cartografia se impôs como saber e imagem do real. No Brasil, ao menos, parece ter sido inverso o percurso. Nascendo com o mapa

moderno, o seu registro foi acolhendo as técnicas tradicionais; da representação sobre um plano, o olhar foi baixando para a visão perspectivada e para o perfil de suas cidades. Foi o olhar dos viajantes olhando, primeiro por cima e, depois, de frente.

*J. Vogler e Emil Bauch, "Panorama do Rio de Janeiro", cromolitogravura (1873), Fundação Maria Luísa e Oscar Americano, São Paulo*

## BIBLIOGRAFIA

- BAERLE, Gaspar van. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante Oito Anos no Brasil...* Trad. e notas de Claudio Brandão. 2ª ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (coord.). *Catálogo da Exposição de "O Brasil dos Viajantes"*. São Paulo, Odebrecht/Metavideo, 1994.
- BUISSERET, David. *Mapping the French Empire in North America*. Chicago, The Newberry Library, 1991.
- FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a Defesa de seu Porto*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
- FRÉZIER, François Amédée. "Ingénieur Ordinaire du Roy". in *Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chily et du Perou, Fait Pendant les Anées 1712, 1713 & 1714...* Paris, Nijon/Ganeau/Quillau, 1716.
- HARDOY, Jorge E. *Cartografia Urbana Colonial de America Latina y el Caribe*. Buenos Aires, IIED/Grupo Editor Latinoamericano, 1991.
- LOCHHEAD, Ian C. *The Siege of Malta: 1565*. Londres, Literary Services and Productions, 1970.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A Cartografia Portuguesa e a Construção da Imagem do Mundo*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991.
- NUTI, Lucia. "Misura e Pittura nella Cartografia dei Secoli XVI-XVII, in *Storia Urbana* (62). Milão, gen./mar.1993, pp. 5-34.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de Iconografia das Vilas e Cidades do Brasil Colonial: 1500-1720*. São Paulo, FAU-USP, 1964 (Publicação 14).
- SILVEIRA, Luis. *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa, Ministério do Ultramar, s.d., 4 v.
- THROWER, Norman J. W. *Maps & Man: an Examination of Cartography in Relation to Culture and Civilization*. Englewood Cliffs N.J., Prentice Hall, 1972.